



Implicações de teorias naturalísticas sobre a linguagem para o estudo narrativo: Reflexões preliminares

Rodrigo Bueno Ferreiraⁱ (UFPR/Universidade de Neuchâtel)

Maurício Benfattiⁱⁱ (UFPR/Universidade Positivo)

Resumo: Inserida na epistemologia darwinista para a pesquisa das artes, a recente aproximação dos estudos narrativos às ciências evolucionárias visa responder algumas questões anteriormente abandonadas no interior das ciências humanas. Neste volume dedicado à relação entre a Teoria Literária e a Teoria da Evolução, nossa pequena contribuição será a de fornecer uma perspectiva da pragmática linguística, buscando evidenciar que os recentes avanços nas ciências da linguagem, da cognição e da comunicação podem fornecer uma melhor compreensão sobre os fenômenos narrativos, podendo favorecer a investigação naturalística das narrativas.

Palavras-chave: Narrativas; Evolução; Cognição; Linguagem; Comunicação.

Abstract: Included in Darwinian epistemology for research of the arts, the recent evolutionary science approach to narrative studies aims to answer some questions previously abandoned within the humanities. In this volume dedicated to the relation between literary theory and the theory of evolution, our contribution will be to provide a perspective of linguistic pragmatics, seeking evidence that recent advances in the sciences of language, cognition and communication can provide a better understanding of the narrative phenomena that could favor the naturalistic investigation of narratives.

Keywords: Narratives; Evolution; Cognition; Language; Communication.

1. Considerações iniciais – duas distintas orientações naturalísticas

Em seu repercutido trabalho *Darwin's Dangerous Idea: Evolution and the Meanings of life* (1995), Daniel Dennet dedicou uma contundente crítica à modelagem linguística realizada por Noam Chomsky, sobretudo por sua resistência aos pressupostos darwinistas para a evolução da linguagem. Chomsky (2000/2005) respondeu à crítica de Denett de

modo não menos contundente, ao traçar uma interessante distinção entre a **epistemologia naturalística** e o **método naturalístico**.

Chomsky (*ibidem*, p. 151) expõe que a epistemologia naturalística, como proposta por Dennet, é uma celebração à naturalização da filosofia, ou do pensamento de que as explanações filosóficas sobre a mente, sobre o conhecimento e sobre a linguagem devem estar em harmonia com as ciências naturais. Em contraste com a epistemologia naturalística, o 'método naturalístico', como praticado na linguística, não deverá apenas se adequar a uma orientação ontológica, mas, ao se pretender ao estudo da linguagem e da mente, terá por objetivo investigar os componentes dedicados à linguagem e ao seu uso, buscando identificar a natureza da linguagem e suas manifestações.

O método naturalístico, portanto, deverá fornecer meios explicativos de como uma classe infinita de expressões linguísticas, dotadas de propriedades fonéticas, estruturais e semânticas, é utilizada para a comunicação. Assim, a comunicação poderia ser explicada porque os seres humanos possuem estados mentais semelhantes, de maneira que diferentes mentes podem encontrar análogos apropriados àquilo que o outro diz, sendo a expressão percebida apenas uma evidência e a comunicação um fenômeno flexível, que requer meios para se determinar a intenção comunicativa (CHOMSKY, *ibidem*, p. 149).

De modo análogo ao debate de Dennet e Chomsky, pretendemos evidenciar que há dois distintos objetivos na investida darwinista sobre a naturalização dos estudos narrativos: se por um lado há de se comemorar o sucesso da aproximação à epistemologia naturalista, por outro, há de se expor o desprezo dedicado ao método naturalista, sobretudo aos avanços obtidos nas ciências da linguagem ao longo dos últimos anos.

2 . Contextualizando o Darwinismo Literário

Após um acalorado debate iniciado na década de 90, do qual participaram Pinker (1998/2004/2007), Mithen (1996/2001), Wilson (1999), Tooby e Cosmides (2001), Boyd (1998/2001), Carrol (2004/2009), Dissanayake (2008), Dutton (2010), entre outros, uma nova perspectiva sobre as artes ganhou notoriedade, destacadamente a arte literária. Buscando superar o descompasso entre as ciências da natureza e as ciências sociais, estes trabalhos ofereceram novas agendas para a pesquisa dos fenômenos narrativos, tendo em

comum a necessidade de um método alternativo à crítica culturalista, dominante no cenário da pesquisa literária.

O que estes trabalhos elucidaram foi que o aumento da compreensão da natureza humana trazia consigo avanços para a compreensão dos fenômenos exclusivamente humanos, como no caso das narrativas, desde sua forma mais complexa, como a grande literatura, até seu modo mais rudimentar, como uma narrativa oral de uma tribo exótica aos olhos ocidentais.

Inspirado no potencial destes argumentos, surgiu a tentativa de estabelecer um novo movimento, a que se denominou "Darwinismo Literário" (DL, daqui em diante). O núcleo do DL é a assunção de que a teoria da evolução está apta a fornecer melhores explicações para os fenômenos narrativos, estando o DL, portanto, apto a substituir as ideias predominantes nos departamentos de literatura.

Um dos expoentes do DL, Joseph Carrol (2013), explicou que sua inspiração em formular uma teoria literária fundamentada em *A Origem das Espécies* se deu após questionar a validade dos estudos literários de sua época, então dominados pelos pensamentos de Freud, Marx e Derrida. Carrol defende que o DL vem se sofisticando ao longo dos anos, sobretudo por introduzir na teoria literária os conceitos advindos das ciências evolucionárias, ao invés daquelas anteriormente adotadas das ciências sociais. Entre tais ideias podem ser citadas: a substituição de um modelo em que a cognição é entendida como uma inteligência geral, por um modelo em que a cognição é massivamente modular (especializada); o desenvolvimento de hipóteses que explicam as motivações e o comportamento humano; uma compreensão ampliada das alterações genéticas e culturais que interagiram durante a evolução humana.

Para Carrol, portanto, os darwinistas literários estariam assimilando o desenvolvimento das ciências evolucionárias para produzirem hipóteses plausíveis acerca da função adaptativa da literatura e de outras artes. Ao fazerem uso efetivo da teoria da evolução humana, eles estariam buscando fornecer uma ferramenta de análise interpretativa e crítica, que permitiria uma compreensão biocultural de como algumas narrativas específicas se inserem na cultura.

Contudo, como já fora anteriormente criticado (FERREIRA;GODOY, 2013), os teóricos do DL têm extrapolado os limites da investigação naturalística, ao fazerem uso indistinto de metodologias interpretativas sob aspecto de metodologia científica. Isto é, os

estudiosos do DL se lançam a propor análises hermenêuticas dos textos literários, supondo ser imperceptível aos críticos que tais análises são tão interpretativistas quanto as das demais tradições literárias.

Ao fazer uma constatação semelhante, Galindo (2014, no primeiro volume deste dossiê), observa que os teóricos do DL não distinguem as leituras biológicas a partir dos fenômenos narrativos da apreciação do texto literário. Aparentemente, este equívoco identificado no interior do DL foi o que motivou Galindo a formular a questão “será que a ciência deu um passo maior que as pernas (na lida com a literatura)?”. Ao menos como entendemos a questão, sim, o DL não apenas propõe um passo muito grande, mas se expõe a um grande abismo, diante da pretensão de saltar direto da Teoria de Evolução para a arte de Dostoievski, por exemplo, ou qualquer outro romancista, novelista ou autor.

Há ao menos três distintos modos de justificar por que entendemos o procedimento do DL como um salto muito grande. Primeiramente, numa reflexão filosófica, a teoria da evolução tem sido invocada para autenticar as análises interpretativas do DL como sendo mais válidas que aquelas feitas por outras escolas literárias, o que constitui um método falacioso, denominado falácia naturalista.

A segunda justificativa está inserida no núcleo da pesquisa biológica, que vem progressivamente esclarecendo que a compreensão da natureza biológica humana não acarreta na imediata compreensão da natureza cultural humana, tendo em conta que os mecanismos de seleção natural operam de forma lenta, na casa dos milhares de anos, enquanto a evolução cultural opera de maneira muito mais imediata, constituindo uma das mais vantajosas adaptações humanas, juntamente com a linguagem, a comunicação e a inteligência (DAWKINS, 1976; SPERBER, 1996; TOMASELLO, 1999/2003, RICHERSON; BOYD, 2005);

A terceira justificativa, e que interessa mais aqueles que mantêm interesse pela linguagem, é que o DL salta praticamente todos os níveis disciplinares da linguística. Ao propor uma prática interpretativa que se inicia numa leitura fenotípica (partindo de Darwin) e culmina numa interpretação hermenêutica (desembocada em Dostoievski), o DL parece desconsiderar os níveis linguísticos, comunicativos e cognitivos envolvidos nas narrativas, quer no momento de sua criação, compartilhamento ou compreensão.

Retornando, portanto, à distinção inicial do debate entre Dennet e Chomsky, entendemos que a tentativa de renovação da pesquisa narrativa, como proposta pelo DL,

representa uma iniciativa autêntica, tendo em conta sua motivação de explicar os fenômenos narrativos em termos adaptativos, o que a aproxima da epistemologia naturalística.

Contudo, a questão como vem sendo formulada pelo DL – qual a função adaptativa das narrativas? – resulta em uma indagação ontológica. Para se obter uma metodologia naturalística, parece-nos mais viável questionarmos quais mecanismos estão envolvidos na efetivação do comportamento narrativo?

3. A metodologia naturalística nas ciências da linguagem

Ao discutir *As convulsões metodológicas na linguística*, uma das observações de Dascal (1978) é a de que nos últimos cem anos o estudo da linguagem elevou-se do *status* de uma disciplina “literária”, de caráter normativo e finalidade auxiliar para o exercício pedagógico, para o *status* de uma ciência no sentido pleno do termo. O distanciamento entre o método praticado nos estudos da linguagem e nos estudos narrativos, de modo geral, remonta à filologia clássica, disciplina que conciliava tanto os fenômenos linguísticos quanto os fenômenos narrativos.

A historiografia linguística (CÂMARA JUNIOR, 1975; WEEDWOOD, 2002) relata os estudos da linguagem, na tradição filológica, sem a projeção de interesses científicos. Ao contrário, se praticava aquilo que Câmara Junior convencionou chamar de pré-linguística e paralinguística. A pré-linguística incluía o estudo normativo do certo e errado, o estudo das línguas estrangeiras e a necessidade de compreensão dos textos antigos, ao passo que a paralinguística incluía o estudo da linguagem para o exercício de outras ciências, como a lógica ou as ciências da sociedade, por exemplo. Ambas (pré e paralinguística) forneciam um cenário em que o estudo da linguagem não possuía um caráter científico, por não abrangerem a linguagem como um objeto autônomo de estudo.

Renzi (1982) apresenta a filologia em três principais períodos, o clássico, o histórico-comparativo e o estrutural. O período clássico compreendeu a Antiguidade, a Idade Média e se estendeu até o ápice do período românico. O histórico-comparativo foi o responsável por elevar a observação das transformações das línguas e da literatura, preparando o cenário intelectual para o advento da linguística. O período estrutural registrou a emancipação dos estudos linguísticos, naquilo que se conhece como o advento da

linguística moderna. Renzi destaca que, ao se desvincular do paradigma filológico, a linguística foi elevada a um rigor científico que a permitiu romper para sempre as relações com a perspectiva humanística, distanciando-se, conseqüentemente, da filologia, da filosofia e da literatura.

Tal rigor só foi possível graças à observação de Saussure (1916) de que a ciência em torno dos fatos da linguagem havia passado por sucessivas fases sem, contudo, identificar um verdadeiro objeto de estudo, isto é, a língua. Sua conclusão foi que “sem essa operação elementar, uma ciência é incapaz de estabelecer um método para si própria” (SAUSSURE, 1916, p. 10). Após definir a matéria da linguística como sendo **todas as manifestações da linguagem humana**, uma das tarefas que Saussure impôs à pesquisa linguística foi a de “...procurar as forças que estão em jogo, de modo permanente e universal, em todas as línguas e deduzir as leis gerais às quais se possam referir todos os fenômenos [...]” (SAUSSURE, 1916, p. 13).

A consumação do naturalismo em linguística se deu quando a proposta de Saussure encontrou na figura de Chomsky um adepto atento à necessidade de serem observados aspectos estáveis da manifestação da linguagem. Se para o estruturalismo tal estabilidade era concebida como fruto da atividade sócio-histórica (nos termos do estruturalismo saussuriano, uma língua é convencional), para os modelos computacionais que surgiram a partir do advento do gerativismo (CHOMSKY, 1957), os componentes estáveis da linguagem não deveriam ser procurados na manifestação concreta e social da linguagem, mas sim na capacidade abstrata que temos de produzir e interpretar infinitas sentenças válidas de nossas próprias línguas maternas.

Após formular um sistema estável de linguagem, Chomsky (1965) pôde aprofundar as hipóteses sobre a linguagem, propondo a hipótese de que a linguagem é uma capacidade da espécie, ao invés de simplesmente condicionada socialmente. Ou seja, a partir de Chomsky, a linguística passou a conceber a linguagem como uma característica biologicamente determinada, substituindo o antigo paradigma em que a linguagem era entendida como um conhecimento social e convencional o qual os usuários têm que aprender. A tese chomskyana forneceu uma das mais bem aceitas explicações para a natureza da linguagem, ao observar que a capacidade combinatória que ocupa o núcleo sintático poderia ser o componente biologicamente determinado capaz de explicar como

uma criança, sem nunca ter uma instrução formal, desenvolve tão rapidamente os conhecimentos linguísticos de sua língua materna.

Com o avanço na sistematização da teoria linguística, que vinha obtendo consideráveis resultados na descrição das línguas naturais, grande parte da comunidade linguística reconheceu a autenticidade da empreitada naturalizante da linguagem. Contudo, para além dos componentes dedicados à linguagem, permanecia obscura a natureza da manifestação da linguagem, que se delegava à disciplina chamada pragmática. Neste período, os aspectos pragmáticos padeceram da falta de um viés teórico que permitisse compreender a comunicação humana. Isto é, não havia uma formulação que expusesse como seres humanos empregam conhecimentos sobre a linguagem armazenados em suas mentes, a fim de se comunicarem uns com os outros, num processo de intercompreensão.

Em meio ao processo convulsivo das metodologias linguísticas, referidas por Dascal, o filósofo Herbert Paul Grice trouxe algumas importantes contribuições para a compreensão do fenômeno comunicativo. Em um primeiro momento, Grice (1957) afirmou que o dito era a expressão de um querer dizer, de modo que a manifestação ostensiva da linguagem era melhor concebida como a manifestação de uma intenção comunicativa, ao invés de um processo de codificação de um significado.

Observando que grande parte da comunicação humana não se limitava à troca automatizada de códigos linguísticos, Grice (1975) evidenciou alguns fatores que seriam determinantes para a uma nova teoria da comunicação linguística: em um enunciado pode haver certa discrepância entre o recurso linguístico utilizado (o que é dito) e a mensagem pretendida por um falante (o que é comunicado); constatada a diferença entre aquilo que é dito e aquilo que é comunicado, Grice propôs que a atividade conversacional recai sobre uma operação cognitiva mais sofisticada que a simples decodificação, invocando uma atividade inferencial; além da atividade inferencial, era também necessário algum tipo de comportamento cooperativo, para que se tornasse viável o reconhecimento das intenções pretendidas entre os falantes, uma espécie de engajamento para se obter a intercompreensão. Sendo assim, na teoria griceana, todos os casos de aparente desvio de cooperação comunicativa resultariam em efeitos significativos, que deveriam ser reavaliados com o acréscimo de novos procedimentos inferenciais.

Semelhantemente ao modo como Chomsky ampliou as ideias de Saussure, Sperber e Wilson (1986/1995) aprofundaram as ideias de Grice, transformando o caráter filosófico

da pragmática inferencial em um programa de investigação científica, iniciado com a publicação da Teoria da Relevância (TR). Além de apresentar um novo método para a pesquisa sobre a comunicação humana, ampliando a observação para além da comunicação linguística, a novidade apresentada na TR foi seu forte vínculo aos fatores evolutivos que teriam direcionado a cognição humana. Assim, a teorização em torno da TR tem sido um meio de conciliar tanto a metodologia naturalista, como defendida por Chomsky, quanto a epistemologia darwinista, como defendida por Dennet.

4. Implicações naturalísticas da linguagem para o estudo narrativo

Como as ciências da linguagem podem contribuir com o debate sobre a natureza narrativa?

Em nossa confessa inaptidão para compreender a complexidade dos fenômenos narrativos, gostaríamos de sugerir que há ao menos três formas objetivas de as ciências da linguagem auxiliarem os estudos narrativos, ao menos como proposto neste debate acerca da possibilidade de uma empreitada naturalista: i) por se encontrar em um estágio mais avançado, ainda que em recente efervescência, as pesquisas evolucionárias sobre a natureza da linguagem podem auxiliar as pesquisas acerca da natureza narrativa; ii) as ciências da linguagem podem ser auxiliares na tentativa de formulação de um objeto teórico passível de uma metodologia naturalista, uma vez que as narrativas poderiam ser compreendidas como fenômenos de manifestação da linguagem; iii) as ciências da linguagem podem fornecer um quadro teórico sistemático, que suporta o complexo fenômeno da comunicação, propiciando análises mais sofisticadas para a explanação narrativa, em substituição aos tradicionais métodos hermenêuticos empregados, quer sob um prisma humanístico, quer revestido da roupagem darwinista.

i – Dos estudos evolutivos sobre a natureza da linguagem e das narrativas

Nos últimos anos, tem sido crescente o debate acerca da evolução da linguagem (PINKER e BLOOM, 1990; TOMASELLO, 1999/2008; ORIGGI e SPERBER, 2000; HAUSER, CHOMSKY, e FITCH, 2001; FITCH, HAUSER e CHOMSKY, 2005; PINKER e JACKENDOFF, 2005; JACKENDOFF e PINKER, 2005; BICKERTON, 2007; SCOTT-PHILLIPS, 2014; BENFATTI, no prelo). Cada uma das hipóteses que vêm sendo defendidas tem ao menos

duas finalidades. Primeiramente, elas visam lançar luz sobre os possíveis processos que resultaram nos diferentes níveis e capacidades linguísticas. Mas elas também possuem o objetivo nada oculto de justificar suas próprias formulações linguísticas em coerência com o quadro evolucionário, como bem observado por Jackendoff (2010), "sua teoria de evolução da linguagem depende da sua teoria da linguagem".

Já os trabalhos dedicados à origem das narrativas permanecem em números modestos, sendo que alguns deles constituem apenas seções ou breves comentários que compunham uma temática maior. Mais destacadamente podem ser citados Mithen (1996/2001), Pinker (1997/1999); E. O Wilson (1999), Tomasello (1999/2003), Boyd 2001/2005; Zunshine (2003/2008), Barash e Barash (2006), Carruthers (2006), Dissanayake (2008), Carrol (2004/2009), Boyer (2007), Damásio (2011). Em maior ou menor grau, estes trabalhos compartilham a ideia de que as narrativas são um importante recurso para a aptidão sócio-interativa, uma vez que enriquecem as habilidades de conjectura sobre o comportamento de outras pessoas, sobre os riscos ou vantagens de determinados ambientes ou sobre a exposição a diferentes contextos. Contudo, de modo muito semelhante às discussões sobre a evolução da linguagem, as investigações evolutivas sobre a natureza das narrativas não parecem estar próximas de atingir uma hipótese padrão (FERREIRA, 2013).

Se comparada à pesquisa em linguagem, a desvantagem para a pesquisa evolucionária das narrativas é que ainda não há um objeto bem definido a ser investigado. Os estudos sobre a linguagem partem de objetos estáveis bem delimitados em seus escopos teóricos: a evolução das capacidades articulatórias para a combinação de sons, a evolução de um órgão de linguagem recursivo, a evolução da capacidade simbólica, a evolução da teoria da mente, a evolução da comunicação ostensiva, entre outros, são alguns dos exemplos que podem ser extraídos da literatura especializada. De outra forma, não tem sido proposto um objeto estável bem definido para a pesquisa evolucionária das narrativas. Não havendo objeto delimitado, não é possível formular uma metodologia consistente para a pesquisa do objeto. O que nos remete à próxima possível contribuição dos estudos da linguagem.

ii A delimitação de um objeto viável para a investigação naturalística

A delimitação de um objeto teórico não é tarefa fácil, e nós, convencidos pela filosofia da linguística (BORGES NETO S/D/2004; CAMPOS S/D/2007), entendemos que a construção de tal objeto está em direta relação com o objetivo pretendido pelo pesquisador. Contudo, entendemos também que o objetivo discutido neste volume, e a que temos nos dedicado desde o início deste trabalho, é o enquadramento naturalista, o que, ao menos em princípio, deveria nos isentar do rótulo de reducionistas ou positivistas.

Portanto, como temos tentado esclarecer desde o início de nossa exposição linguística, nós entendemos que as sugestões de Saussure, Chomsky, Grice e Sperber e Wilson podem ser úteis para visualizar os fenômenos narrativos em termos de manifestação da linguagem. Se admitirmos que as narrativas são expressões materiais da linguagem humana, visando a intenção comunicativa, então podemos entender as narrativas como **estruturas comunicativas**.

Ao visualizarmos os fenômenos narrativos como fenômenos comunicativos e a narrativa como uma estrutura comunicativa, não há impedimentos para que lancemos mão de uma teorização da comunicação linguística. Uma teoria linguística da comunicação pode ser proveitosa para fornecer análises mais consistentes aos estudos narrativos, uma vez que a sistematicidade dos estudos da linguagem poderia substituir as metodologias hermenêuticas, tradicionalmente empregadas nos estudos narrativos. Isso nos remete à terceira e última possível contribuição que elencamos, isto é, a de apresentar um quadro teórico que suporte a comunicação narrativa.

iii – Uma pragmática linguística para a comunicação narrativa

Neste último tópico, gostaríamos de tentar tornar mais claro como a pragmática linguística pode auxiliar no estudo narrativo. As narrativas, por excelência, se apresentam como formas imprecisas de se comunicar uma mensagem. Ao contrário de um manual de instruções, por exemplo, que visa à maior objetividade possível na veiculação de uma informação, uma narrativa não codifica um conteúdo pretendido, ela apenas sugere algum significado, ou alguns significados possíveis, recaindo parcialmente sobre o leitor a atribuição do significado.

Por prever a comunicação como um fenômeno ostensivo-inferencial, em substituição do modelo de codificação/decodificação, a pragmática linguística pode auxiliar no tratamento dos fenômenos comunicativos mais vagos, como no caso das narrativas. Neste modelo, os processos de significação se dão de maneira abrangente, não se restringindo apenas à comunicação linguística. Um significado comunicativo emerge da necessidade humana de lidar com os estados psicológicos de um comunicador ostensivo. Vejamos: podemos olhar para o céu e naturalmente criar um significado a partir das informações que obtemos (vai chover/não vai chover). Da mesma forma, podemos criar um quadro significativo em nossas mentes ao escutarmos alguém tossindo e, inferirmos, a partir de nossas próprias experiências anteriores, que tal pessoa está gripada.

No entanto, temos um quadro comunicativo completamente diferente quando alguém ostensivamente produz uma tosse como meio de responder indiretamente a um convite para sair em um dia chuvoso e frio. Segundo o pano de fundo que rege a TR, a comunicação ostensivo-inferencial é possível porque nossa cognição é capaz de selecionar informações comunicativas potencialmente relevantes. Dentro deste quadro, nada é mais relevante do que uma informação que é diretamente comunicada a alguém. O funcionamento básico da cognição deve estar de acordo com uma regra básica da evolução: a de que um traço biológico fruto de evolução natural tende a operar de maneira ótima. Em termos cognitivos, isso quer dizer que a mente tende a tirar o máximo de conclusões gastando o mínimo de energia possível. Isso parece ser especificamente verdadeiro no caso dos processamentos cognitivos necessários para lidar com a indiretividade linguística. Ao invés de a mente simplesmente sair construindo interpretações literais possíveis para uma sentença ambígua, por exemplo, ela tende a utilizar as informações contextuais necessárias para que construamos a representação mental adequada. Um exemplo:

(1) João disse que Paulo bateu seu carro.

O conhecido deslocamento de formas de terceira pessoa para a segunda (você no lugar de tu) promove sentenças ambíguas como (1). De quem era o carro que Paulo bateu? De Paulo? De João? Ou do interlocutor a quem (1) foi direcionada? Um posicionamento focado no processamento da estrutura nos dirá que a cognição constrói alternativas de (1) e se utiliza das informações contextuais apenas no caso em que isso seja necessário. No

entanto, ninguém engajado em um ato tal tem problemas em processar (1), visto que é de conhecimento prévio dos interlocutores de quem era o carro. Ou seja, o fato de a cognição se utilizar de informações contextuais disponíveis é, portanto, uma resposta evolutiva para o processamento da linguagem em uso.

Este modelo de cognição é, portanto, um modelo no qual não só a cognição é situada num espaço-tempo de interação comunicativa, como também vale lembrar que, para tal viés, a cognição emerge de um conjunto de mecanismos biologicamente determinados que operam em conjunto para nos dar a nossa sensação de um eu frente a um tu. Sendo assim, deve-se destacar a ênfase dada pela TR a mecanismos de Teoria da Mente (ToM - do termo em Inglês Theory of Mind) na produção da significação linguística (BARON-COHEN, LESLIE e FRITH, 1985; BARON-COHEN, 1988; HAPPÉ, 1993/1997; NORBURY, 2005; SPERBER, WILSON, 2002). A capacidade de inferir estados mentais alheios fica evidente em sentenças como a seguinte:

(2) João disse que o Paulo falou que a Ana não virá à festa porque aquela pessoa estará presente.

Para alguém interpretar tal enunciação, não lhe basta traduzir os significados literais recursivamente encaixados. A enunciação de (2) pode, afinal de contas, comunicativamente ser uma forma de sugerir que seja cancelado o convite feito à pessoa indesejada por Ana e expressada pelo termo vago 'aquela pessoa'. Nos termos relevantistas, estamos diante de um caso que demanda uma capacidade recursiva à leitura da mente (SCOTT-PHILLIPS, 2014). Este mecanismo é pragmático por excelência, e, além disso, indiretividade é uma regra, e não uma exceção, na linguagem em uso, sendo que enunciados (e outras formas públicas de ostensividade comunicativa, tais como o gesto) são naturalmente opacos. De tal forma, processos comunicativos promovem a reorganização interna da cognição, uma vez que um enunciado, ou qualquer outro estímulo ostensivo, tem a finalidade de alterar o ambiente cognitivo do outro, a fim de conduzir a mente em uma direção desejada, criando um ambiente cognitivo mútuo.

No caso das narrativas, de modo geral, elas suscitam os problemas clássicos tratados no interior da pragmática, como a indefinição espacial ou temporal (a dêixis), a vagueza das expressões linguísticas, a indefinição referencial, os recursos metafóricos,

entre outras figuras de linguagem. Tais elementos não podem ser interpretados somente via linguagem, pois exigem uma constante operação cognitiva para a complementação contextual daquilo que não está explicitado na estrutura linguística.

Em termos técnicos, pode-se descrever a comunicação narrativa como uma espécie de 'comunicação fraca' (SPERBER e WILSON, 1995; GODOI e FERREIRA, 2014), em oposição à 'comunicação forte'. A comunicação forte é aquela atingida pelo emprego de sentenças com conteúdo proposicional bem formado, ou seja, sentenças das quais podem ser extraídas respostas como "sim" e "não", como nos seguintes exemplos:

(3) Aquiles é o protagonista da Ilíada?

Sim.

(4) Penélope é a mãe de Odisseu?

Não.

A comunicação fraca, ao contrário, é aquela obtida pelo emprego de conteúdos não proposicionais, que além, do elemento linguístico, exigem elementos do contexto, para que a interpretação seja atingida inferencialmente. Observe, por exemplo, as seguintes sentenças:

(5) Era uma noite maravilhosa, uma dessas noites que apenas são possíveis quando somos jovens, amigo leitor.

(6) Juro-lho! Exclamei, segurando a sua minúscula mão.

(7) A minha história? Mas quem disse que eu tinha uma história? Eu não tenho uma história...

Estas sentenças apresentam condições corriqueiras com as quais nos deparamos na comunicação narrativa. A sentença (5) apresenta a questão da natureza dêitica do espaço/tempo – onde e quando era uma noite maravilhosa? A sentença (6) expressa a indefinição referencial – quem é que jurou o quê, segurando a mão de quem? A sentença (7) é um exemplo de ambiguidade lexical – que tipo de história o eu narrativo está afirmando não possuir? Uma história pessoal de vida ou uma história como gênero narrativo?

Tais exemplos demonstram que as narrativas não pretendem comunicar mensagens precisas, mas exigem a constante (re)construção do significado pretendido, sendo passíveis de distintas interpretações ou até mesmo do completo insucesso comunicativo. A interpretação de simples sentenças, como as exibidas acima, é possível graças ao perfil contexto-sensitivo da cognição, que opera heurísticamente para a adequação da linguagem e do contexto.

Se acrescentarmos, contudo, o *background* de que as sentenças acima foram extraídas de *Noites Brancas*, de Dostoiévski, entre algumas outras informações potenciais, é possível que construamos as inferências de que em (5), a delimitação rigorosa do espaço/tempo não é tão importante, já que não é um dado relevante para uma narrativa literária (ao contrário do romance histórico, por exemplo, que subteme algum compromisso com a cronologia histórica); que em (6), o Sonhador, protagonista de *Noites Brancas*, jura a Nástienka que não se apaixonará por ela; e, por fim, de que em (7), a história em questão diz respeito à biografia da personagem, uma vez que Nástienka pediu ao Sonhador que contasse a ela a história de sua vida.

Esse tipo de análise ostensivo-inferencial pode ser auxiliar na explicitação de ao menos dois tipos de interpretação que são desencadeadas ao longo de uma narrativa: a interpretação ao nível das sentenças expressas dentro da narrativa, ou, ainda, a interpretação da narrativa enquanto uma única mensagem comunicativa. Tomemos por exemplo a seguinte sentença, expressa em forma de mandamento na celebrada *A Revolução dos Bichos*, de Orwell:

(8) Todos os animais são iguais mas alguns animais são mais iguais do que os outros.

Tendo como *background* cognitivo a informação (intranarrativa) de que uma das leis da Fazenda dos Bichos era a de que “todos os animais são iguais”, pode ser aplicado o seguinte raciocínio dedutivo:

(9) Lei da Fazenda - i) Todos os animais são iguais;
 Se P – ii) alguns animais possuem privilégios;
 Então Q – iii) nem todos os animais são iguais.

Este tipo de dedução lógica (Se P, então Q), que orienta o processamento inferencial, também pode ser aplicado para a explicitação da sentença (8), que por constituir uma paráfrase do exemplo (9), irá gerar a mesma inferência.

Se, de outra forma, não limitarmos a análise ao nível da sentença (intranarrativa), mas ampliarmos ao nível do enredo narrativo (empregando conhecimentos extranarrativos), podemos tomar como *background* a informação de que a obra de Orwell propõe uma crítica ao autoritarismo de um regime político. Então, um dos possíveis raciocínios dedutivos seria:

(10) Enredo – i) Revolução dos Bichos satiriza um regime político injusto, disputado por dois chefes, Bola de Neve e Napoleão;

Se P – ii) O regime socialista russo é injusto, e é disputado por dois chefes, Trotsky e Stálin.

Então Q – iii) Revolução dos Bichos é uma crítica ao regime socialista russo, a Trotsky e Stálin.

A análise de (9) revela que é possível inferir uma intenção comunicativa das relações entre as sentenças de uma narrativa, sua dimensão intranarrativa, ao passo que a análise de (10) revela a possibilidade de inferir uma intenção comunicativa das relações entre uma narrativa e o mundo, sua extensão extranarrativa. O que esse tipo de análise inferencial implica é que, se por um lado, os fenômenos narrativos não estão limitados à linguagem, por outro lado, a linguagem não deve ser ignorada no quadro comunicativo, uma vez que somada ao contexto é uma evidência fundamental para interpretação. Assim, o estudo comunicativo não encerra as narrativas aos limites do que se convencionou chamar “significado literal” da linguagem, reduzindo os fenômenos narrativos a um fenômeno puramente semântico, mas também não torna as narrativas um fenômeno relegado à hermenêutica pura, recaindo num quadro assistemático de interpretação ou de análise.

5. Considerações Finais

Um dos maiores acertos na empreitada naturalista para o estudo narrativo tem sido atender para o progresso nas ciências evolucionárias. Um dos maiores equívocos, no entanto, tem sido a falta de atenção aos avanços nas ciências da linguagem e da

comunicação. De fato, o que os estudos linguísticos e comunicativos têm a contribuir com os estudos narrativos ainda parece ser modesto, se reconhecermos o número de complexos fenômenos que as narrativas evocam. Contudo, ainda que a pesquisa narrativa se aproxime da 'epistemologia naturalista', se apoderando da teoria da evolução e da seleção natural, para explicar a origem das narrativas, sem a modesta contribuição dos estudos da linguagem, estará adiada a agenda para se obter uma 'metodologia naturalista', que explicita como as narrativas são comunicadas.

Acima, porém, das dificuldades impostas pelo objeto narrativo, tanto no que diz respeito à sua delimitação quanto à sua sistematização, tem sido o imperativo de eliminar a distância entre diferentes disciplinas e trabalhos que contribuam com um melhor entendimento sobre sua natureza. O atual estado da arte neste cenário que vem se estabelecendo ao redor das ciências cognitivas tem se tornado propício para integrar o trabalho dos pesquisadores da literatura, da linguagem e da evolução. Tal integração, a exemplo de outras pesquisas, só tendem a enriquecer ainda mais este debate.

Referências

BENFATTI, Maurício F. N. *Interjeições como protolinguagem: Uma hipótese quase gradual para a origem da linguagem*. No prelo.

BARASH, David P.; BARASH, Nanelle R. *Os Ovários de Mme. Bovary: um olhar darwiniano sobre a literatura*. Relume Dumará Editor, 2006.

BARON-COHEN, Simon. *Social and pragmatic deficits in autism: cognitive or affective?* Journal of Autism and Developmental Disorders, vol. 18, No. 3, 1988.

BARON-COHEN, Simon; LESLIE, Alan M.; FRITH, Uta. Does the autistic child have a "theory of mind"? *Cognition*, 21 (1985) 37-46.

BICKERTON, Derek. Language evolution: A brief guide for linguists. *Lingua* 117 (2007) 510-526.

BORGES NETO, José. *Ensaio de filosofia da linguística*. São Paulo: Parábola, 2004.

_____. *O que é filosofia da linguística?* Disponível em:

<http://people.ufpr.br/~borges/publicacoes/traducoes/FilosLing.pdf> (acessado em 30/06/2015)

BOYD, B. (1998). *Jane meet Charles: Literature, evolution, and human nature*. *Philosophy and Literature*, 22, p. 01–30.

_____. *On the origin of stories*. Cambridge: The Belknap Press, 2009.

BOYER, Pascal. Cognitive architecture of the imagination. *Proceedings of the British Academy* 147, 239–258, 2007.

CAMPOS, Jorge. *Uma questão de filosofia da linguística*. Disponível em http://www.jcamposc.com.br/textos_disciplinas/umaquestaodefilosofiadalinguistica.pdf (acessado em 30/06/2015)

_____. *Filosofia da ciência, filosofia da linguística e metateoria das interfaces*. Disponível em: http://www.jcamposc.com.br/textos_disciplinas/filosofia_da_linguistica-filosofia_da_ciencia_e_metateoria_das_interfaces.pdf(acessado em 30/06/2015)

CARROL, J. *A Literary Darwinism: Evolution, Human Nature, and Literature*. New York, NY: Routledge, 2004.

CARROL, Joseph. *The adaptive function of literature and the other arts*. 2009. Disponível em: <http://nationalhumanitiescenter.org/on-the-human/2009/06/the-adaptive-function-of-literature-and-the-other-arts/>(Acessado 30/06/2015).

CHOMSKY, Noam. *Estruturas Sintáticas*. Tradução de Madalena Cruz Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 1957.

_____; *Aspects of the Theory of Syntax*. Cambridge, Mass: The MIT Press, 1965.

_____; (2000) *Novos horizontes no estudo da linguagem e da mente*. São Paulo: UNESP, 2005.

DAMÁSIO, Antonio R. *E o cérebro criou o homem*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

DARWIN, Charles. *A origem das espécies*. Editora Hemus, 1859.

DAWKINS, R. *The selfish gene*. New York, Oxford University Press, 1976.

DENNETT, D. *Darwin's dangerous idea*. London: Penguin, 1996.

DISSANAYAKE, Ellen. The arts after Darwin: does art have an origin and adaptive function? In: ZIJLMANS, K.; VAN DAMME, W. (2008). *World Art Studies: Exploring Concepts and Approaches*, pp. 241-263. Amsterdam: Valiz.

DOSTOIÉVSKI, Fiódor. *Noites Brancas*. Tradução de Nivaldo dos Santos. São Paulo: Ed. 34, 2009

DUTTON, Denis. *Arte e instinto: beleza, prazer e evolução humana*. Lisboa: Temas & Debates, 2010.

FERREIRA, Rodrigo Bueno. *Homo Fabulans: ficcionalidade, epistemologia e pragmática*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

FERREIRA, Rodrigo Bueno; GODOY, Elena. Poética Cognitiva: a pragmática na comunicação literária. In: Elena Godoy. (Org.). *Coletânea do I Workshop Internacional de Pragmática: teorias, perspectivas, diálogos e aplicações*. 1ed. Curitiba: UFPR, 2013, v. 1, p. 155-164.

FITCH, W.T.; HAUSER, M.; CHOMSKY, N. 2005. The evolution of the language faculty: clarifications and implications. *Cognition* 97: 179-210.

GODOY, Elena; FERREIRA, Rodrigo Bueno. The communicative relevance in fictional discourse. *Linguagem em (Dis)curso – LemD*, Tubarão, SC, v. 14, n. 3, p. 545-556, set./dez. 2014.

GRICE, Herbert Paul. Grice, P. Meaning. *The Philosophical Review*, 64, 1957, p. 377-88.

_____. Logic and conversation. In: COLE, P.; MORGAN, J. (Eds.). *Syntax&Semantics 3: Speech Acts*, 1975, p. 41-58.

HAPPÉ, F. *Compreendendo mentes e metáforas: revelações sobre o estudo da linguagem figurada no autismo*. Disponível em: <http://www.profala.com/artautismo12.htm> (Acessado 30/06/2015).

HAUSER, M.; CHOMSKY, N.; FITCH, W.T. 2001. The faculty of language: what is it, who has it, and how did it evolve? *Science* 298:1569-1579 (recolhido, como "introdução", em Larson, Déprez e Yamakido).

JACKENDOFF, Ray. 2010. Your theory of language evolution depends on your theory of language. In Richard Larson, Viviane Déprez & Hiroko Yamakido (eds.). *The Evolution of Human Language: Bilingual Perspectives*, 63–72. Cambridge: Cambridge University Press.

JACKENDOFF, Ray.; PINKER, Steven. 2005. The nature of the language faculty and its implication for the evolution of language (Reply to Fitch, Hauser, and Chomsky). *Cognition* 97:211-225.

MATTOSO CÂMARA Jr, Joaquim. *História da linguística*. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1975.

MITHEN, Steven. *A pré-história da mente: uma busca das origens da arte, da religião e da ciência*. São Paulo: Ed. Unesp, 2002.

_____. *Creativity in human evolution and prehistory*. London and New York: Routledge, 1998.

ORIGGI, Gloria; SPERBER, Dan. Evolution, communication and the proper function of language. In: CARRUTHERS, P.; CHAMBERLAIN, A. *Evolution and the human mind: language, modularity and social cognition*. Cambridge, MA: Cambridge University Press, 2000, pp. 140–169.

ORWELL, George. *A Revolução dos Bichos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007

PINKER, Steven. *Como a mente funciona*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. *Tábula rasa: a negação contemporânea da natureza humana*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

_____. Toward a consilient study of literature. *Philosophy and Literature*, v. 31, n. 1, pp. 162-178, 2007.

PINKER, Steven; BLOOM, Paul. (1990). Natural language and natural selection. *Behavioral and Brain Sciences* 13 (4): 707-784.

PINKER, S. & JACKENDOFF, R. *The Faculty of Language*. What's Special about it? In: *Cognition*, v. 95, 2, p. 201-236, 2005.

SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de Linguística Geral* (1916). 26 ed. São Paulo: Cultrix, 2004.

RICHERSON, P. J. and BOYD, R. *Not by genes alone: how culture transformed human evolution*. Chicago: University of Chicago Press, 2005.

SCOTT-PHILLIPS, Thom. *Speaking Our Minds: Why human communication is different, and how language evolved to make it special*. Palgrave MacMillan, 2014.

SPERBER, D. *Explaining culture: a naturalistic approach*. Cambridge, Mass: Blackwell, 1996.

SPERBER, Dan; WILSON, Deirdre. *Relevance: communication and cognition*. Oxford: Blackwell, 2 ed., 1995.

TOMASELLO, Michael. (1999) *Origens culturais da aquisição do conhecimento humano*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. *Origins of Human Communication*. MIT Press, 2008.

TOOBY, John; COSMIDES, Leda. Does beauty build adapted minds? Toward an evolutionary theory of aesthetics, fiction and the arts. *SubStance*, 94/95, v. 30, n.1, 6-27, 2001.

WILSON, Deirdre. Metarepresentation in linguistic communication. In: SPERBER, Dan. (Ed.). *Metarepresentation: A Multidisciplinary Perspective*. New York: Oxford University Press, 2000. p. 411- 448.

WILSON. Edward O. *A unidade do conhecimento: consiliência*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1999.

ZUNSHINE, Lisa. *Why we read fiction: theory of mind and the novel*. Columbus: Ohio State University Press, 2006.

_____. Theory of mind and fictions of embodied transparency. *Narrative*, v.16, n. 1, January 2008, pp. 65-92.

ⁱ Aluno da Pós-Graduação em Letras/Estudos Linguísticos da UFPR; pesquisador visitante no Centro de Ciências Cognitivas da Universidade de Neuchâtel; e membro do grupo de pesquisa Linguagem e Cultura UFPR/CNPQ. Bolsista da CAPES – Processo nº 99999.010202/2014-05.
E-mail: rodrigo.bueno@unine.ch

ⁱⁱ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Letras/Estudos Linguísticos da Universidade Federal do Paraná; professor/pesquisador da Faculdade de Direito da Universidade Positivo; e membro do grupo de pesquisa de Linguagem e Cultura (UFPR/CNPq).
E-mail: mfbenfatti@yahoo.com.br

Recebido em 29/04/2015
Aceito em 01/07/2015